

MINUTA DO TERMO DE COMPROMISSO 001/2019

TERMO DE COMPROMISSO QUE ENTRE SI CELEBRAM
O CONSELHO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE
SAÚDE DO ESTADO DO TOCANTINS – COSEMS/TO E
A SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO
TOCANTINS.

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO TOCANTINS, Órgão Público do Poder Executivo Estadual, inscrita no CNPJ sob o nº 25.053.117/0001-64, com sede na Av Ns 01, Praça dos Girassóis, s/nº, Plano Diretor Sul, Palmas/TO, neste ato representado pelo Senhor Secretário, **LUIZ EDGAR LEÃO TOLINI**, doravante denominado **COMPROMITENTE** e o **CONSELHO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO ESTADO DO TOCANTINS – COSEMS/TO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 02.069.806/0001-61, com sede na Qd. 104 Norte, Av. LO 02, Lt. 19, Ed. Homaidan, Sala 305, Palmas/TO, neste ato representado pelo seu presidente, Senhor **Roberto Sampaio Alves**, inscrito no CPF sob o nº 006.095.671-28, podendo ser localizado na sede do COSEMS/TO, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO** resolvem firmar o presente Termo de Compromisso através do diálogo e estruturação de agenda ativa, para que se façam necessário cumprir o que especifica:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo de Compromisso tem como objeto a responsabilidade da Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins firmar o compromisso e o dever de cumprir as obrigações relacionadas à saúde pública perante as 139 (cento e trinta e nove) Secretarias Municipais de Saúde, regionalizadas em suas áreas, perante o Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do Estado do Tocantins – COSEMS/TO.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES

1.1 O **COMPROMITENTE** se compromete a fortalecer a parceria com as Secretarias Municipais de Saúde, com a quitação da contrapartida Estadual num prazo de até 60 dias.

1.2 O **COMPROMITENTE** se obriga a reestruturar a rede assistencial (ambulatorial e hospitalar) com a implementação e investimento nas unidades hospitalares municipais, HPP e Hospitais Regionais do Estado;

Considerando que a Região de Saúde **Amor Perfeito** necessitam de efetivar o gerenciamento dos leitos pelo Núcleo Interno de Regulação – NIR; Necessita de reestrutura ambulatorial/hospitalar do Hospital Regional de Porto Nacional – HRPN e Hospital Materno Infantil Tia Dedé – HMITD;

Considerando que a Região de Saúde de **Sudeste**, necessita de reestrutura ambulatorial/hospitalar do Hospital Regional de Dianópolis - HRD; Garantia de acesso às cirurgias eletivas; Garantia de oferta de especialidades médicas no nível ambulatorial; Garantia de ambulâncias para realização de contra referência; Efetividade no gerenciamento dos leitos e regulação pelo Núcleo Interno de Regulação - NIR; Garantia de oferta de exames e procedimentos de média e alta complexidade pactuados na PPI em tempo real sob a responsabilidade do Estado;

Considerando que as Regiões de Saúde de **Bico do Papagaio e Cantão** necessitam de estruturar o Núcleo Interno de Regulação - NIR com implantação de acolhimento e classificação de risco;

Considerando que a Região de Saúde **Capim Dourado** necessita de reestrutura ambulatorial/hospitalar do Hospital Geral de Palmas –HGP; Garantia de acesso às cirurgias eletivas; Garantia de oferta de especialidades médicas no nível ambulatorial; Garantia de ambulâncias no hospital de Miracema para realização de contra referência; Efetividade no gerenciamento dos leitos e regulação pelo Núcleo Interno de Regulação - NIR; Garantia de oferta de exames e procedimentos de média e alta complexidade pactuados na PPI em tempo real sob a responsabilidade do Estado;

Considerando que a Região de Saúde **Médio Norte Araguaia** necessita de

garantia de realização de exames de imagem como ressonância, e outros como raios-X que são realizados, porém não são entregue os respectivos laudos;

Considerando que a Região de Saúde **Cerrado Tocantins Araguaia** necessita de uma definição quanto a estadualização do Hospital de Colinas;

1.3 O **COMPROMITENTE** se compromete a readequar o corpo clínico de **todos** os Hospitais Regionais para atender as principais especialidades, as urgências e emergências e as demandas de cirurgias eletivas, a saber;

- Clínica geral;
- Cardiologista;
- Anestesiologista;
- Neurologista;
- Ortopedista;
- Obstetra;
- Urologista;
- Ginecologista;
- Pediatria

1.4 O **COMPROMITENTE** e o **COMPROMISSÁRIO** acordam em rediscutir a Portaria nº 68/2019 publicada pela Secretaria de Saúde do Estado; Especialmente os pontos abaixo relacionados:

Art. 6º sobre os conceitos organizacionais e suas respectivas definições, sugere-se no:

Item X - além de monitorar assume o planejamento do registro da demanda reprimida com a ampla divulgação da fila de espera, por ordem de solicitação de leito. Como também, a generalização de atendimentos a **TODOS** os procedimentos complexos.

Item XI – A inclusão da atribuição de planejamento da ampliação e / readequação do perfil dos leitos hospitalares e serviços ambulatoriais ofertados, mantendo a taxa de ocupação em limites adequados (evitando a ociosidade e superlotação).

Item XXII – Hospital Geral – É um organizador de caráter medico/social, que deve garantir assistência medica, tanto curativa quanto preventivas, nas clinicas básicas e de especialidades (Clinicas e cirúrgicas), como serviço de urgências e emergências, serviços terapêuticos, medica e / ou alta complexidade ambulatorial e hospitalar.

Item XXIII – Hospital de Especialidade – Destinada a prestação de serviços de saúde por especialidades medicas (Clinicas e cirúrgicas), com serviços de atenção diagnostico e terapêutico, media/ou alta complexidade.

A inclusão da UM (unidade mista) ou Unidade Integrada de Saúde: estabelecido em locais de população ate cinco mil habitantes, presta assistência médica permanente, preventiva e ambulatorial, ainda deve apoiar postos e centros de saúde; caracteriza-se pela introdução de leitos para internação de urgência médico-pediátrica ou obstetrícia; sua área deve ser suficiente para no mínimo 06 leitos.

Sugerimos que no Paragrafo único do Art. 7º, que a composição seja por especialidades medicas, e não pela equipe, mantendo o quantitativo mínimo de profissionais para o bom funcionamento.

No Art. 14 – Sugerimos a inclusão de “Divulgar/**anexar**” em locais visíveis as escalas dos profissionais.

No art. 21.III – incluir a palavra sistematicamente após a palavra assistenciais.

No art. 24. Exclusão da palavra estadual.

1.5 O **COMPROMITENTE** se obriga a implementar os serviços ofertados pela Programação Pactuada Integrada (PPI) da Assistência de responsabilidade do Estado.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO PARA CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

O prazo para cumprimento das obrigações será discutido individualmente para cada demanda entre ambas as partes, para assim, ser confeccionado o então Termo de Compromisso de maneira definitiva para que seja cumprido fielmente.

CLÁUSULA QUARTA: DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Termo de Compromisso tem força de título extrajudicial, para que caso não seja cumprido, as partes tomem as devidas providências legais para seu cumprimento.

CLÁUSULA QUINTA: DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Palmas/TO para discutirem e tratarem assuntos relacionados ao presente Termo de Compromisso.

Palmas/TO, 27 de setembro de 2019.

**SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO TOCANTINS
COMPROMITENTE**

**CONSELHO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO ESTADO DO
TOCANTINS – COSEMS/TO COMPROMISSÁRIO**